



**ESPELHO DE RESPOSTA DA PROVA DISSERTATIVA APLICADA EM 02/02/2020**

Considere a situação hipotética abaixo.

Os vereadores do Município de Aparecida-SP, tendo o município ultrapassado a população de 50 mil habitantes em 2020, deram início à votação de projeto de lei que propunha aumento do salário dos vereadores de R\$ 7.500 para R\$ 10.000 para a legislatura 2021-2024, tendo por base o salário dos deputados estaduais, de R\$ 25.000, e por justificativa, para efeitos de limite, as medidas compensatórias anexadas à respectiva dotação orçamentária e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, consolidadas no aumento da receita do IPTU no ano anterior por expansão da base de cálculo e do território urbano habitável do Município.

O projeto de Lei foi aprovado pela unanimidade dos 7 vereadores presentes na sessão, estando os 6 demais ausentes.

Tendo isso em vista, o Ministério Público do Estado de São Paulo ingressou com ação civil pública requerendo a anulação do aumento e a suspensão dos seus efeitos enquanto corresse o processo, classificando como abusivo um aumento de cerca de 33% do salário destes vereadores.

O MPE argumentou que o novo valor era inconstitucional, pois, somados os auxílios, ultrapassava o limite de 7% da receita tributária do Município prevista para 2020 e o limite de 40% dos gastos totais por deputado estadual de São Paulo.

Além disso, argumentou que a sessão que aprovou o projeto é nula, pois, em necessitando da maioria absoluta dos votos favoráveis, deveria ter contado com, no mínimo, 8 votos, já que a metade dos vereadores resultaria em um número fracionado, que deveria ser arredondado, considerando a primazia do interesse público, para 8.

O juiz recebeu a ação, concedendo efeito suspensivo da Lei, e devidamente citando a Câmara de Aparecida-SP para apresentar sua defesa. A citação foi anexada aos autos no dia 23 de fevereiro de 2020, uma quinta-feira.

Na qualidade de Procurador da Câmara de Aparecida-SP, elabore a peça processual adequada, considerando o último dia do prazo, trazendo todos os argumentos de fato e de direito que defendem os interesses da instituição. Desconsidere feriados.

**Solução esperada:**

O candidato deverá elaborar contestação no juízo cível da comarca de aparecida SP no dia 5 de fevereiro.

Deverá argumentar que o aumento de 33% se deu em razão do crescimento da população de Aparecida, que, ao ultrapassar 50 mil habitantes, transfere o limite de 30% (7.590,00) para 40% (10.120,00) do valor pago a um deputado estadual (25.300,00), segundo o artigo 29, inciso VI, da CF.

Os auxílios não são considerados para efeitos do limite da remuneração.

O limite de 7% a ser respeitado é relativo à receita tributária do exercício anterior (artigo 29-A da CF). Além disso, a dotação orçamentária e a LDO apresentaram as medidas de compensação.

Apesar de nem todos os vereadores estarem presentes da votação, o quórum legal foi satisfeito, já que estavam presentes 8 vereadores, o que corresponde a um número inteiro imediatamente após a metade do número de membros, o que caracteriza maioria absoluta.